

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC WELLINGTON LEMOS GAGNO

A ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:

Uma visão à luz dos preceitos de Mahan

Rio de Janeiro

2016

CC WELLINGTON LEMOS GAGNO

A ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:

Uma visão à luz dos preceitos de Mahan

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Marcelo William Monteiro da Silva

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2016

## **AGRADECIMENTOS**

A minha esposa Debora e a minha filha Rafaela, pelo apoio e compreensão nos inúmeros fins de semana de abdicação ao convívio de vocês para que este trabalho fosse desenvolvido. Tenham a certeza de que o fato de estarem ao meu lado em todas as singraduras da minha profissão, são a força que necessito para continuar a caminhada sem esmorecer.

Aos meus queridos pais, Ivo Gagno e Creuza Maria Lemos Gagno, pela educação e qualidades inerentes ao ser humano transmitidos a mim, durante a vida.

Ao meu irmão, Wallison Lemos Gagno, pelas ausências e poucos momentos de lazer durante esse período.

Ao ilustríssimo senhor Capitão de Mar e Guerra (RM1), Marcelo William Monteiro da Silva, pela sabedoria com que conduziu esta orientação para produção deste trabalho. Saiba V.S<sup>a</sup> que, caso algum dia eu tenha a oportunidade de orientar alguém em algum trabalho científico, procurarei fazê-lo de forma simples e eficiente, exatamente como o senhor o fez.

Aos meus colegas de turma, CC Willy de Souza Dellê Vianna, CC Jonathas Moscoso de Campos e CC Márcio Vítor Dias, pela forma cordial e amigável com que dividimos nossas aflições e descobertas com esse tema tão desafiador no cenário mundial atual.

Aos meus colegas de turma, CC (IM) André Luís de Almeida Côrtes e CC (IM) Kleber Soares Moura, pelas ideias que, certamente, ajudaram-me a desenvolver este trabalho.

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é verificar se a estratégia naval da República Popular da China adota preceitos do estrategista naval do século XIX, Alfred Thayer Mahan (1840-1914), e quais são as perspectivas para que este importante Estado no cenário mundial, torne-se uma potência marítima de influência global, como defendia Mahan. Para atingir o objetivo, realizou-se uma pesquisa “científica” e o método “dedutivo”. A técnica empregada foi a “documental” e a “bibliográfica”. O embasamento teórico foi a “teoria de bases”, utilizando a teoria do “*Sea Power*”, que serviu de sustentação teórica para a pesquisa. A relevância do trabalho reside na importância que a República Popular da China tem hoje no cenário mundial, e sua capacidade de mudá-lo, por meio de suas ações e reações militares. A questão da pesquisa estudada é se a estratégia naval chinesa no século XXI é influenciada por Mahan. Após fazer o relacionamento da teoria proposta com as evidências verificadas na fase da pesquisa, concluímos que a República Popular da China adota preceitos “mahanianos”, e tem o apoio do nível político, através de grandes investimentos na indústria de defesa. Com isso, sua marinha tem tido um substancial desenvolvimento para defender seus crescentes interesses em águas cada vez mais distantes.

**Palavras-chave:** República Popular da China. Mahan. Estratégia naval chinesa. Nível político. Interesses.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CMC-	Comissão Militar Central
ELP-	Exército de Libertação Popular
EUA-	Estados Unidos da América
MEPL-	Marinha do Exército Popular de Libertação
LBDC-	Livro Branco de Defesa Chinês
LCM-	Linhas de Comunicações Marítimas
RPC-	República Popular da China
PCC-	Partido Comunista Chinês
SSN-	Submarinos de Ataque com Propulsão Nuclear
SSBM-	Submarinos de Mísseis Balísticos com Propulsão Nuclear
SLBM-	Mísseis Balísticos Lançados por Submarinos
UK-	Reino Unido
URSS-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VANT-	Veículo Aéreo não Tripulado

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Bases navais estratégicas.....	36
Figura 2 - Plano para resposta estadunidense em caso de ataque chinês.....	44

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	11
2.1	Breve descrição da personalidade e vida de Mahan	11
2.2	A teoria do poder marítimo de Mahan	13
<b>3</b>	<b>EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA</b>	19
3.1	Breve abordagem antes de 1949	19
3.2	Near-coast defense	21
3.3	Near-seas active defense	23
3.4	Far-seas operations	25
3.5	Livro branco de defesa da China: open seas protection	26
<b>4</b>	<b>A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA ATUAL</b>	29
4.1	O interesse pelas linhas de comunicações marítimas: importância do Ártico	30
4.2	A construção do Canal da Nicarágua	33
4.3	Bases navais estratégicas	34
4.4	Força naval chinesa: situação atual e perspectivas futuras	37
4.5	Caminhando para a projeção global: análise prospectiva	40
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	46
	<b>REFERÊNCIAS</b>	49

## 1 INTRODUÇÃO

“Quando a China despertar, o mundo tremerá” Napoleão.

A República Popular da China (RPC), após a abertura econômica promovida a partir de 1978, pelo então presidente Deng Xiaoping (1904-1997), só faz crescer em todas as expressões do Poder Nacional<sup>1</sup>. Com isso, o mundo passou a observar atentamente todas as ações deste Estado<sup>2</sup> singular.

Para Kissinger (2011), essa singularidade chinesa decorre de uma cultura peculiar e pensamentos seculares de superioridade. A RPC não possui, em sua história mais longínqua, situações em que se viu ameaçada por Estados com as mesmas capacidades e sofisticação. Ao mesmo tempo em que, historicamente, buscou ascendência no cenário mundial, por ter uma cultura milenar e instituições consolidadas, houve pouco empenho em defender suas causas externamente.

Este Estado diferenciado, consiste em ser um dos poucos remanescentes do regime comunista pós-Guerra Fria (1947-1989). Tendo ascendido ao poder em 1949, após a revolução Maoísta promovida por Mao Tsé-Tung (1893-1976), o Partido Comunista Chinês (PCC) permanece governando. Ocupando hoje o lugar de segunda maior economia mundial, os interesses chineses ganham projeção crescente, implicando no desenvolvimento de um Poder Militar compatível com a sua envergadura geopolítica.

Por estes motivos – aliados com a preocupação da China com a “ameaça” estadunidense no seu entorno estratégico – entendemos que um estudo a respeito das evoluções mais recentes do pensamento estratégico chinês, com ênfase no campo militar naval da sua aplicação, constitui um tema de grande relevância, sobretudo devido ao fato de

---

<sup>1</sup> O Poder Nacional caracteriza-se pela capacidade que tem os homens e meios nacionais de atuar conforme a vontade nacional, a fim de conquistar e manter os objetivos nacionais. Suas expressões são: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2014).

<sup>2</sup> Encontramos a melhor definição para Estado nas palavras de Groppali (1968), que o define como uma pessoa jurídica soberana, constituída de um povo organizado, sobre um território sob o comando de um poder supremo, para fins de defesa, ordem, bem-estar e progresso social.

possibilitar uma investigação sobre alguns aspectos com significativo potencial de impacto no cenário mundial, nos próximos anos. Ao longo do nosso estudo, daremos maior enfoque nas expressões econômica e militar do Poder Nacional chinês, uma vez que ambas estão intimamente ligadas.

Ao adentrarmos um campo de tão vastos horizontes, nosso objetivo específico será abordar a forma como a RPC vem alterando a sua postura no campo militar naval, identificando a presença das linhas-mestras do pensamento “mahaniano” na evolução recente da estratégia naval chinesa, chegando ao século XXI.

Neste contexto, expomos a seguinte questão principal: “A estratégia naval chinesa, do século XXI, é influenciada pela teoria de Mahan?”. Para isto, assumiremos a hipótese de que “o pensamento estratégico naval chinês tem tendências “mahanianas”.

Para tanto, este trabalho está dividido em cinco capítulos, conforme sucintamente apresentado, a seguir:

Após a introdução, faremos, no capítulo dois, uma descrição dos principais aspectos da teoria do “*Sea Power*” de Mahan, os quais servirão de sustentação teórica para o desenvolvimento da pesquisa.

No capítulo três, apresentaremos uma abordagem analítica da estratégia naval da RPC, de 1949 até os dias atuais, realçando a sua considerável evolução nestes pouco mais de 60 anos.

No capítulo quatro, apresentaremos evidências decorrentes da pesquisa em torno da estratégia naval atual da RPC. Faremos, ainda, uma análise prospectiva do futuro da Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL) à luz da sua ascensão como potência marítima global, um dos pontos principais da teoria “mahaniana”. Por fim, concluiremos com os aspectos de maior relevância, culminando com nosso posicionamento em relação à questão chave desta dissertação.

A metodologia empregada para o atingimento do propósito, está fundamentada na obra de Marconi e Lakatos (2010). Utilizamos o tipo de conhecimento denominado “científico”, e o método “dedutivo”. A técnica de pesquisa empregada foi a “documental”, combinada com a “bibliográfica”. O embasamento teórico seguido foi o da “teoria de bases”, utilizando a teoria do “*Sea Power*”.

Passemos, agora, à abordagem da sustentação teórica que direcionará a nossa pesquisa.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo apresentaremos o modelo teórico de Alfred Thayer Mahan (1840-1914), que servirá de base para resposta da questão a que se propõe este trabalho, conforme descrita no capítulo anterior. Para isso, consideramos importante apresentar, inicialmente, uma breve descrição de como foi a vida deste grande historiador e escritor. Na segunda seção deste capítulo, abordaremos os princípios basilares que formularam a conhecida e reconhecida teoria marítima de Mahan, um rico legado para aqueles que estudam o mar e os benefícios que ele pode trazer para um Estado.

Muitos estudiosos contemporâneos se aprofundaram em conhecer os inúmeros livros, textos e artigos deixados por Mahan. Portanto, para esta pesquisa teremos que sintetizar suas contribuições teóricas. Daremos maior relevância ao que o próprio Mahan escreveu em sua primeira e mais conhecida obra; posteriormente, vamos discorrer sobre alguns autores contemporâneos consagrados no campo da geopolítica e estratégia. Em seguida, procuraremos identificar ligações entre o pensamento de Mahan e a estratégia naval adotada pela RPC, no espaço delimitado deste estudo. Por outro lado, caso haja, também citaremos abordagens que não estejam sendo adotadas pela RPC com o intuito de comprovar ou negar a hipótese por nós adotada.

### **2.1 Breve descrição da personalidade e vida de Mahan**

Relatando sobre o período em que esteve Secretário da Guerra estadunidense (1940-1945), Henry L. Stimson assevera em 1948 para mostrar a influência de Mahan nos Estados Unidos da América (EUA):

A psicologia peculiar do Departamento da Marinha que, com frequência, parecia abandonar o terreno da lógica e se refugiar no sombrio mundo divino em que Netuno era Deus, Mahan seu profeta e a Marinha norte-americana a única igreja verdadeira (STIMSOM, 1948).

Mahan entrou para a Academia Naval Norte-americana em 1856, e foi para a reserva como Capitão de Mar e Guerra, em 1896, após uma carreira naval como um Oficial comum e controverso. Já aos cinquenta anos de idade, surgiu dessa carreira naval sem expressão para consagrar-se como um brilhante historiador, estrategista, imperialista e apologista do Poder Naval<sup>3</sup>. Fazendo uso de um notável dom de escrever, tornou-se reconhecido internacionalmente, tendo seu nome citado onde quer que se falasse em assuntos ligados ao mar, nos quatro cantos do mundo.

Mesmo durante o período da ativa, Mahan preferia se dedicar à arte de escrever livros e artigos, a ter que embarcar nos navios à carvão, novidades da época, aos quais considerava fumegantes e barulhentos. Por outro lado, Mahan tinha uma grande afeição pelos navios à vela. Ainda como Guarda-Marinha, ao embarcar no *USS Plymouth*, uma fragata de três mastros à vela, disse que quando soprava uma forte brisa e o navio sofria uma grande inclinação, sentia um prazer que jamais sentira antes. No entanto, 26 anos depois, a bordo do *USS Chicago*, o mais novo cruzador a vapor da marinha norte-americana à época, Mahan reverberou que já não lembrava o quão abominável era um navio, e aquele que embarca nele não passa de um tolo (CROWN, 2001).

Para Tosta (1984), foi por ser um estudioso da história, e demonstrar grande motivação pelos assuntos ligados ao comércio e ao mar, é que Mahan consagrou-se como profundo conhecedor do Poder Marítimo<sup>4</sup>, sendo o primeiro escritor a publicar trabalho sobre

---

<sup>3</sup> O Poder Naval é um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados na Política Nacional de Defesa (PND) e na Política Militar de Defesa (PMD) (BRASIL, 2014).

<sup>4</sup> O Poder Marítimo é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2014).

o assunto. Com o seu livro “*The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*”, passou a ser respeitado na Europa. Já no final da carreira naval, Mahan exerceu as funções de diretor e professor da Escola de Alto Comando Naval, quando se destacou pelas suas aulas sobre o Poder Marítimo e seus efeitos no destino nacional. Mahan se identificou tanto com a área acadêmica, que Crown (2001) afirma, categoricamente, ter sido o exercício das funções de diretor e professor o ponto de inflexão em sua vida, acarretando o grande salto para uma nova carreira de historiador naval, estrategista e jornalista. Tal destaque possibilitou que Mahan ficasse conhecido mundialmente com a alcunha de “*evangelista do Poder Naval*”<sup>5</sup>.

Na visão de Coutau-Bégarie (2010), a carreira de Mahan como escritor possuía predominância de características dogmáticas e ele era adepto da metodologia histórica<sup>6</sup>.

Depreendemos desta seção, que apesar de não ter sido um exímio “marinheiro” em sua trajetória na Marinha estadunidense, Mahan tornou-se o estrategista mais eloquente do ambiente marítimo, devido à natureza das suas ideias e capacidade ímpar de redação.

Após a explanação de alguns traços pessoais do “*evangelista do Poder Naval*”, passamos a descrever o legado deixado por ele, abordando a importância do mar para os interesses de um Estado.

## 2.2 A teoria do poder marítimo de Mahan

Mahan (1890) em sua obra “*The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*”<sup>7</sup> intitula sua teoria de “*Sea Power*”<sup>8</sup>. Propositamente, não traduziremos para o português quando citarmos este termo, em nosso estudo.

<sup>5</sup> Expressão atribuída a Mahan por Margaret Sprout na obra “Mahan: Evangelist of Sea Power”, em *Markers of Modern Strategy*, ed. Edward Mead Earle.

<sup>6</sup> O método histórico decorre de princípios que são ideias gerais de valor universal, tanto no espaço quanto no tempo. São, assim, qualificadas de princípios que devem guiar a ação: a ofensiva, a manobra, a concentração, a busca do inimigo flutuante... que concorrem a um único objetivo: a obtenção do domínio do mar pela batalha decisiva. Esses princípios estratégicos têm correspondentes no nível tático, com a ofensiva tática, a massa, a velocidade, a ligação das armas... (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Em sentido amplo, a estratégia naval tem por finalidade dar suporte e incremento, tanto na paz quanto na guerra, ao “*Sea Power*” dos Estados (MAHAN, 1890).

Para Mahan (1890), as principais condições que influenciam o “*Sea Power*” dos Estados são: a posição geográfica; a configuração física, incluindo produtos naturais e fatores climáticos; a extensão territorial; o tamanho da população<sup>9</sup>; o caráter nacional; e as instituições governamentais. Falaremos a seguir sobre cada um destes fatores, à luz da obra de Mahan.

Em relação à posição geográfica, salienta-se que se o Estado ocupa um território<sup>10</sup> em posição tal que não é forçado a defender-se e/ou expandir-se por terra, ele pode concentrar seus objetivos sobre o mar, possuindo vantagem se comparado com um Estado de limites continentais. Mahan é um grande apreciador da posição insular do Reino Unido (UK), e menciona ser esta uma grande vantagem em relação à França e Holanda, em termos de “*Sea Power*”. Estados de dimensões continentais precisam ter um exército forte para manutenção da sua soberania<sup>11</sup>, ao passo que países insulares concentram suas forças em uma Esquadra apta para proteção de seu território (MAHAN, 1890).

Um outro importante conceito, disseminado por Mahan (1890), é a projeção de um Estado para além-mar através da construção e manutenção do que ele chamou de Bases de Operações Permanentes próximas a regiões estratégicas. Para ele, tais bases são entendidas como locais onde o Estado mantém capacidade de obter recursos, aliados a obtenção de linhas de comunicações por terra e mar, onde possa ter arsenais para manutenção de sua Esquadra

---

<sup>7</sup> A Influência do Poder Marinho sobre a História (Tradução de Vesentini (2009)) foi a mais conhecida obra de Mahan, publicada em 1890 (VESENTINI, 2009).

<sup>8</sup> “*Sea Power*” é a teoria do poder marítimo de Mahan (nota do autor).

<sup>9</sup> A população de um Estado relaciona-se com demografia, sendo a quantidade de pessoas que residem em determinado espaço geográfico. O total de população está ligado ao sexo, idade e distribuição geográfica (DIAS, 2013).

<sup>10</sup> Território é o limite tridimensional onde o Estado possui o monopólio do uso do poder sobre as pessoas (GROPPALI, 1968).

<sup>11</sup> De forma bem resumida, Dias (2013) define soberania com representação da supremacia suficiente para que um Estado possa obter o bem comum.

em pontos distantes de seus território e postos armados para facilidades logística e militar, em caso de guerra.

A costa marítima de um Estado é uma de suas fronteiras. Numerosos e profundos ancoradouros são fonte de poder e riqueza, pois facilitam a construção de bases navais estratégicas que, além de possibilitarem o acesso ao mar, permitem a defesa do território e favorecem as trocas comerciais deste Estado com o mundo. Portos localizados nas proximidades de rios navegáveis permitem o escoamento de produtos, facilitando sobremaneira o aquecimento da economia dos Estados que os possuem. Em contrapartida, um litoral com facilidade de acesso, pode tornar-se um fator de fraqueza, em tempos em guerra, para um Estado que não disponha de uma Esquadra em condições de defendê-lo.

A extensão do território, para o desenvolvimento de um Estado, não se refere à quantidade de milhas quadradas que possui, mas à extensão de sua costa e à característica dos seus portos. Adicionalmente, conclui Mahan que o tamanho do litoral é fator de força ou fraqueza, proporcionalmente à capacidade de povoamento deste litoral ser maior ou menor (MAHAN, 1890).

Por tamanho da população, Mahan destaca que não basta uma população grandiosa em números de pessoas, mas que o seu povo<sup>12</sup> esteja ligado às atividades do mar. Importa a disponibilidade de indivíduos para embarcar nos navios, em caso de necessidade, e a capacidade de desenvolvimento de material para a indústria naval. Esses indivíduos são os que devem ser considerados.

Já o caráter nacional é considerado, na prática do “*Sea Power*”, mesmo em períodos de paz, pela manutenção de um comércio marítimo continuado. A busca constante pelas aptidões comerciais deve distinguir um Estado que a adota, daquele que se preocupa

---

<sup>12</sup> Povo é a quantidade de pessoas de um Estado que se unem de forma única, diferenciada. São os indivíduos que assumem, em um Estado, responsabilidades sociais coletivas, compromisso com a autodefesa (grifo nosso), sobrevivência e necessidade de adaptação ao meio. As pessoas que compõem o povo são reguladas por uma ordem jurídica nacional (DIAS, 2013).

com o mar somente de tempos em tempos. Segundo Mahan, a história comprova, sem exceção, esta assertiva. A tendência para trocas comerciais, o desenvolvimento da capacidade de produção de um Estado para comercializar com o mundo, é a característica mais importante para o desenvolvimento do “*Sea Power*”. O expansionismo marítimo é salutar, mas as trocas comerciais devem ser feitas com inteligência. Durante a colonização do Brasil por Portugal, as trocas do ouro brasileiro por produtos manufaturados do UK, levaram Portugal à ruína e contribuíram para ascensão do UK à potência mundial. Um Estado promissor deve possuir governantes que fomentem as trocas comerciais, a produção industrial interior e a capacidade de negociação (MAHAN, 1890).

Finalizando com o sexto fator descrito por Mahan (1890), ele apresenta que as instituições governamentais devem focar sua política em três pontos necessários à garantia do poderio estratégico, quais sejam: a produção, com a posterior capacidade de fomentar trocas comerciais; a frota mercante, através da qual o Estado tenha condições de transportar sua produção; e colônias e mercado, tendo aí uma dupla função. A primeira meramente comercial, com o objetivo de facilitar e ampliar as operações de transporte, bem como ser uma fonte de escoamento de seus produtos. A segunda função com a finalidade de proteção ao Estado-Mãe, face aos múltiplos pontos de segurança que proporciona.

Vesentini (2009) menciona que Mahan acreditava no “fardo do homem branco”, caracterizado pela superioridade da raça ocidental sobre as demais. Assim sendo, ele procurou legitimar a posse de colônias por parte das potências do Ocidente.

Outro pilar do “*Sea Power*” é que a chave para o poder hegemônico do mundo está na defesa<sup>13</sup> das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM). Os domínios das rotas marítimas e, conseqüentemente, do fluxo contínuo dos mais diversos produtos, tem uma

---

<sup>13</sup> Usaremos neste trabalho o conceito de Defesa como sendo a Proteção e o Controle das LCM. A Proteção do Tráfego Marítimo está ligada a medidas defensivas e ofensivas, cujo propósito é impedir ou dissuadir o inimigo de agir contra os navios de interesse. O Controle do Tráfego Marítimo é realizado desde o tempo de paz, e está ligado a efetivar o acompanhamento e a direção do Tráfego Marítimo (BRASIL, 2014).

preponderante importância para a economia de um Estado, tornando-o assim, uma potência. No contexto da época em que Mahan proclamou essa teoria, havia um viés nacionalista em sua visão, pelo fato dos EUA estarem despontando como nova potência mundial, em um mundo onde o UK apresentava sinais de enfraquecimento. Como o governo norte-americano não possuía inimigos aparentes em seu entorno, pela posição geográfica privilegiada e pela importância do mar para a garantia dos fluxos comerciais, Mahan teve uma visão prospectiva, naquele momento, de que a defesa do mar deveria ser o grande objetivo estratégico da política estadunidense. Tal pensamento teve tanta repercussão à época e, principalmente, o governo norte-americano deu tanta relevância ao que Mahan afirmava, que resultou no financiamento e construção do Canal do Panamá, ligando os Oceanos Atlântico e Pacífico, cuja conclusão da obra, em 1914, coincidiu com a morte de Mahan (VESENTINI, 2009). Analogamente, apresenta-se aqui uma primeira questão: Será que o projeto de construção do Canal da Nicarágua, capitaneado pelo governo chinês, é mera coincidência, ou segue influências “mahanianas”?

Depreende-se, desta seção, que os principais pontos da teoria “mahaniana” do “*Sea Power*” se revestem de grande relevância para a defesa, o desenvolvimento, a prosperidade e a riqueza dos Estados, traduzindo-se em “poder”. A expansão política e econômica é o grande alicerce do crescimento interno de um Estado e, para que isso ocorra, a política governamental precisa estar voltada para o acúmulo de riquezas. Tal reserva de riquezas está intimamente ligada à fomentação de um próspero e crescente comércio exterior, que só pode ser conquistado com uma Marinha Mercante que deve ser defendida por um Poder Naval apropriado, apoiado por bases estrategicamente posicionadas. O domínio do mar proporciona, na paz e na guerra, a manutenção do comércio marítimo de um Estado e a consequente troca de produtos manufaturados e matérias-primas. Ressalta-se aí a necessidade da busca de importar matéria-prima e exportar produto manufaturado de maior valor

agregado. Esse tipo de troca é que garante a prosperidade de um Estado. Portanto, Mahan defende uma interdependência entre comércio exterior, Marinha Mercante e Marinha de Guerra. Destarte, o “*evangelista do Poder Naval*” continua influenciando Estados nos dias atuais, a ponto de podermos afirmar que suas ideias contribuíram para elevar os EUA à condição de potência hegemônica do século XX. Até quando este “status quo” permanecerá?

Concluída a apresentação da sustentação teórica que dará fundamentação a este trabalho, passaremos a analisar a evolução da estratégia naval da RPC.

### **3 EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA**

Faremos neste capítulo, um estudo analítico de como se comportou a estratégia naval da RPC no decorrer do tempo, com maior enfoque no período posterior à Revolução Maoísta de 1949. Segundo Nan Li (2009), a partir de 1949, a estratégia naval chinesa passou por três grandes mudanças: da denominada por ele de “*near-coast defense*”, que predominou até os anos 1980, para a estratégia chamada “*near-seas active defense*”, que vigorou a partir dos anos 1980, culminando com a estratégia “*far-seas operations*”, adotada no início do século XXI. Por fim, abordaremos o mais novo conceito presente no Livro Branco de Defesa da China (LBDC, 2015), denominado “*open seas protection*”.

Passamos a discorrer sobre um período em que a pesquisa não identificou relações diretas com o pensamento de Mahan, excetuando a tradução de sua principal obra para o mandarim (em 1945).

#### **3.1 Breve abordagem antes de 1949**

A compreensão da evolução do pensamento naval chinês carece de um maior aprofundamento. O eminente sinólogo Joseph Needham, afirma que, já nos tempos de Sun Tzu (544 AC. - 496 AC), os manuscritos chineses continham o uso do esporão e da abordagem como táticas, algo avançado para aquele tempo. A maioria dos textos antigos sobre tal pensamento, infelizmente perdeu-se. No entanto, foi encontrada uma extensa coletânea de obras técnicas sobre construções navais, arsenais e navegação da época do imperador Wu Jing Zong Yao (1044), ainda não devidamente exploradas devido à dificuldade do idioma. Sabe-se, porém, que na dinastia Ming (1368-1644), o tratado “*Haifang tuji*”, de

Hu Zongxian (1512-1565), já continha notas sobre a preocupação com a defesa costeira chinesa (COUTAU- BÉGARIE, 2010).

Durante a mesma dinastia Ming, a China empreendeu, entre 1405 e 1433, uma das aventuras navais mais notáveis e misteriosas da história: as Esquadras de “navios do tesouro”, com destinos tão longínquos quanto Java, Índia, o Chifre da África e o estreito de Hormuz. Na época, a era das grandes navegações europeias ainda não havia começado sendo que a Esquadra chinesa possuía então, em qualidade e quantidade, algo que faria parecer de brinquedo a armada espanhola, que surgiria somente dali a 150 anos. Os historiadores discutem, até hoje, o verdadeiro propósito daquelas missões, encerradas abruptamente em 1433 — coincidindo com um período de ameaças recorrentes à fronteira territorial norte da China — quando o imperador ordenou que a Esquadra fosse desmantelada e que os registros das viagens fossem destruídos (KISSINGER, 2011).

Coutau-Bégarie (2010) relata ainda que houve um caloroso debate, no século XIX, sobre o binômio da alternativa em se priorizar o desenvolvimento da estratégia terrestre ou naval. Quem mais fomentou essa discussão foi o autor chinês Wei Yuan (1794-1857). Tal embate, culminou em 1874, com uma grande incógnita sobre a estratégia a ser conduzida pela China perante os Estados da Europa. Na falta de uma estratégia naval consolidada com o passar do tempo, após 1945, Mahan foi traduzido para o chinês, apontando claramente para uma importação dos seus conceitos atinentes ao poder marítimo, com o objetivo de suprir uma lacuna na doutrina naval chinesa (COUTAU- BÉGARIE, 2010). Desta tradução, depreende-se uma segunda questão: Por que a China, um país oriental, com tradições e culturas orientais rígidas e fechadas, à época envolvida na segunda guerra sino-japonesa (1937-1945), por anexação de territórios, traduz os pensamentos de Mahan para o seu idioma oficial?

A seguir, começaremos a descrever o período ao qual Nan Li (2009) denominou de “*near-coast defense*”.

### 3.2 Near-coast defense

A estratégia “*near-coast defense*”, compreende o espaço físico atinente à defesa do Mar Territorial<sup>14</sup>, bem como a área terrestre correspondente a trezentos quilômetros do litoral para o interior do Estado, onde estão compreendidas, política e estrategicamente, importantes cidades da RPC (NAN LI, 2009). Percebe-se neste período, pela área a ser potencialmente defendida, uma maior preocupação com o ambiente terrestre em detrimento do ambiente marinho.

A RPC possui 18.000 km de litoral, e o estabelecimento de uma defesa efetiva é difícil. Neste período da estratégia chinesa, a RPC priorizava a defesa de determinados estreitos, como os de Bohai, o de Qiongzhou, e o de Taiwan, e canais de importância estratégica, locais que o governo chinês entendia que poderiam ser utilizados por inimigos, para uma eventual invasão pelo mar e posterior conquista de regiões estratégicas em terra. A implantação de três Esquadras pela MEPL, quais sejam: (a Esquadra do mar do norte, a do mar do leste e a do mar do sul) demonstram a necessidade de defesa dos estreitos supracitados e mares adjacentes (NAN LI, 2009). Mais uma vez, nota-se que, apesar da criação das referidas Esquadras, estas visavam a defesa de pontos estratégicos eminentemente terrestres.

No final dos anos 1960, as relações da RPC com a ex-União das Repúblicas Socialista Soviéticas (ex-URSS) se deterioraram, a ponto de engajarem em pequenos conflitos em suas fronteiras comuns, denominadas escaramuças. Neste período, o Exército de

---

<sup>14</sup> Corresponde à área marítima adjacente ao território de um Estado, cuja largura não ultrapassa 12 milhas marítimas, medidas a partir das linhas de base, ao longo da costa e em torno de suas ilhas. Inclui-se neste espaço, as águas, o leito e o subsolo marinho, bem como o espaço aéreo sobrejacente. O Estado exerce soberania sob estas áreas (BRASIL, 2009).

Libertação Popular (ELP) chinês, guiado pelo conceito da “guerra popular”<sup>15</sup> de Mao Tsé-Tung, priorizou a defesa do norte, em detrimento do leste e sul, preparando-se contra uma maciça ofensiva soviética. Foi uma fase em que se deu pouca importância à MEPL, tendo em vista a defesa costeira ser considerada praticamente desnecessária (LAN LI, 2009).

Lan Li (2009) destaca que, após Deng Xiaoping assumir o poder da RPC, em 1978, o conceito de “guerra popular” foi substituído por “guerra popular sob condições modernas”, onde as operações navais passam a ser necessárias, ainda que com ênfase no apoio às operações terrestres. Neste momento, a vulnerabilidade da extensa costa chinesa passa a ser preocupação, face à admissão da possibilidade de uma ofensiva soviética pelo mar, por meio de operações anfíbias, a fim de conquistar ilhas, estreitos e outros pontos de interesse estratégico. Além de se opor a esse tipo de ação, a MEPL poderia ser empregada, ainda, para impedir quaisquer tentativas de suprimento às forças terrestres inimigas por via marítima, enfraquecendo, assim, o esforço de guerra soviético (LAN LI, 2009). Neste contexto, uma terceira questão apresenta-se: Pouco mais de trinta anos após Mahan ser traduzido para o mandarim, os chefes navais chineses estariam procurando colocar em prática os seus ensinamentos, à luz da ameaça representada pela Ex-URSS?

A complexidade geográfica do litoral chinês, com a existência de muitas baías, ancoradouros, portos e pontos de observação estratégicos – tidos como fatores de vantagem comparativa pela MEPL, em termos de ocultação, manobrabilidade, coordenação e detecção – favoreceram a ampliação da capacidade da indústria naval e aérea chinesa (LAN LI, 2009).

De uma maneira geral, os objetivos estratégicos do período do “*near-coast defense*” consistiram na preocupação da garantia da sobrevivência do povo chinês, em uma possível grande guerra com a ex-URSS. Não havia interesses atinentes a disputas ou retomadas de territórios perdidos ou contestados, segurança de recursos do mar ou proteção

---

<sup>15</sup> Para Carriço (2004), o conceito se caracteriza por uma guerra duradoura, com uma base industrial de defesa armando milícias para propiciar uma guerra de desgaste e atrito, até que o oponente possa ser dominado pelo exército nacional.

das LCM. Era uma estratégia puramente defensiva, onde seu sucesso ou fracasso dependia de um efetivo apoio à guerra terrestre. Face ao poderio naval soviético, a MEPL tinha grande dificuldade em estabelecer a negação do uso de seu litoral, bem como total incapacidade de obter um nível aceitável de defesa do mar em suas águas (LAN LI, 2009).

Passemos agora ao estudo do período compreendido entre a década de 1980 e o final do século XX, denominado por Nan Li (2009) como “*near-seas active defense*”.

### 3.3 Near-seas active defense

Esta estratégia naval baseou-se na noção de defesa proativa, operando em mares próximos ao litoral chinês. Este conceito foi amplamente aceito pelas lideranças da MEPL e do ELP, o que contribuiu para uma convergência no sentido de considerar a “*near-seas active defense*” a nova estratégia naval chinesa no período temporal supracitado. Em comparação com a “*near-coast defense*”, ela abrange áreas marítimas mais extensas, exigindo, conseqüentemente, um incremento das capacidades navais da RPC. Neste modelo estratégico adotado pelo governo chinês, a MEPL ganha mais independência em suas operações, passando a ter seus próprios limites geográficos de atuação e indo além do estrito apoio às operações terrestres (LAN LI, 2009).

Esta estratégia não abrangia as águas mais distantes dos oceanos Pacífico Sul e Índico, porém já contemplava áreas localizadas além das duzentas milhas da costa chinesa, o que geraria controvérsias, ainda presentes nos dias atuais, perante ao que estabelece os acordos e normas internacionais (LAN LI, 2009). Tais controvérsias, no entanto, não farão parte da abrangência do nosso estudo.

Basicamente, a “*near-seas active defense*” ocorre em um período em que o governo chinês busca a reunificação de Taiwan com o continente, a restauração de territórios

marítimos perdidos e em disputa, a proteção das riquezas advindas do mar, a garantia das LCM em tempos de guerra, a defesa marítima contra quaisquer agressões estrangeiras e a dissuasão nuclear estratégica. Em termos operacionais, a MEPL buscava adquirir capacidade de manutenção da proteção do mar, o estabelecimento de uma defesa efetiva das LCM e, por fim, a retaliação nuclear contra ameaça estrangeira (LAN LI, 2009). Nota-se, pelos objetivos estabelecidos, uma estratégia bem mais ofensiva, se comparada com a “*near-coast defense*”.

Uma abordagem interessante, feita por Lan Li (2009), diz respeito ao fato da RPC estar envolvida com a questão de Taiwan durante a segunda metade da década de 1990. Se, por um lado, a MEPL tinha plena capacidade de manter uma proteção local do mar, realizar operações anfíbias e impor um bloqueio naval para a reintegração de Taiwan, por outro lado, aquela questão restringia, sobremaneira, a evolução para a capacidade de conduzir operações nas chamadas “águas azuis” (além das 200 MN da costa), como pensava Liu Huaqing<sup>16</sup> (1916-2011), em sua concepção de uma estratégia naval chinesa ambiciosa. Em consequência, nesta fase, as operações navais ainda se encontravam altamente dependentes de terra em relação à inteligência, vigilância e esclarecimento. Até o início do século XXI, nenhum pensamento sistematizado fez com que se organizassem grupos de batalha navais capazes de operar, efetivamente, em águas mais distantes (LAN LI, 2009).

Passaremos, agora, a analisar o período “*far-seas operations*”, quando a RPC começa a adotar uma estratégia que projeta o Estado chinês, definitivamente, à condição de potência naval reconhecida pelo mundo (LAN LI, 2009).

---

<sup>16</sup> Liu Huaqing exerceu uma forte influência no desenvolvimento naval da RPC como Comandante da MEPL, entre 1982 e 1987, e, posteriormente, como vice-presidente da Comissão Militar Central (CMC). Liu Huaqing é, por vezes, descrito como o Mahan da RPC, e foi o almirante pioneiro na busca de uma marinha chinesa modernizada (COLE, 2009).

### 3.4 Far-seas operations

Em 2002, quando Hu Jintao (1942- ) assumiu a liderança da RPC, inicia-se a estratégia “*far-seas operations*”, quando a China adota uma postura efetiva visando a capacidade de operar em águas azuis (LAN LI, 2009).

Em termos operacionais, todas as áreas marítimas localizadas além da “*near seas*” e “*middle and far seas*”, bem como a área marítima para além-mar, compreende o espaço que a MEPL denomina como sendo “*far seas*”. Esta área de interesse chinês passa a incluir o noroeste do Pacífico até o leste do Índico, implicando em uma necessidade da MEPL dispor de capacidade para projetar poder além de 1.000 MN das suas águas territoriais. Tais ambições exigem desenvolvimentos no campo da logística e a posse de plataformas navais e aéreas que permitam operar a distâncias cada vez maiores (LAN LI, 2009).

Lan Li (2009) apontava a necessidade de uma continuidade no crescimento da economia chinesa, iniciada com a abertura econômica promovida por Deng Xiaoping a partir de 1978, com o intuito de subsidiar uma sólida indústria naval e fomentar a infraestrutura necessária para a implementação e desenvolvimento das “*far-seas operations*” (LAN LI, 2009).

Ainda sob o enfoque da importância do crescimento econômico chinês para investimentos em defesa, um site japonês<sup>17</sup> enfatiza que o fato da RPC já ser a segunda maior potência econômica mundial, permite ao Estado chinês multiplicar seus gastos militares, propiciando elevado avanço na modernização da MEPL. Constatação que vai ao encontro das demandas decorrentes da estratégia “*far-seas operations*”.

---

<sup>17</sup> <http://www.nids.go.jp/english/publication/chinareport/index.html>.

Finalmente, a RPC vem se modernizando e, em uma visão prospectiva, terá capacidade de desenvolver plenamente a estratégia de “*far-seas operations*” em torno de 2020 (LAN LI, 2009).

A seguir, passaremos a abordar a mais nova estratégia chinesa, denominada em seu LBDC (2015) como “*open seas protection*”.

### **3.5 Livro branco de defesa da China: open seas protection**

Com citaremos o LBDC (2015) muitas vezes neste trabalho, cabe descrever a análise de Joshua Philipp (2015), cuja primeira versão foi publicada no ano de 2000, em mandarim, no site de um dos jornais mais lidos em Hong Kong<sup>18</sup>. Para ele, vários paradoxos constam no LBDC, dentre os quais destacamos:

- O livro omite a ambição de expansão da RPC e acusa outros Estados de fazê-lo;
- Menciona palavras de união - tais como manutenção da paz no mundo, busca do desenvolvimento pacífico, cooperação, e divisão da prosperidade - enquanto a RPC demonstra atitudes de expansão global e defesa de seus interesses; e
- Ao mesmo tempo em que o documento diz adotar uma política de caráter defensivo da RPC, demonstra uma postura ofensiva nas questões do Mar do Sul da China. Portanto, a China manipula suas ações, tomando atitudes expansionistas sem admiti-las abertamente, adotando uma estratégia diversionária.<sup>19</sup>

O LBDC estabelece a necessidade estratégica de defesa das águas próximas à costa e dos mares abertos. A MEPL pretende, portanto, em sua mais nova estratégia naval, priorizar a defesa marítima, conforme supracitado, e construir uma multifuncional e eficiente estrutura de força de combate de sua marinha. Almeja, ainda, reforçar sua capacidade de

---

<sup>18</sup> <https://www.epochtimes.com.br>.

<sup>19</sup> Entende-se como diversionária, as ações adotadas para esconder e desviar a atenção de outros Estados (definição do autor).

dissuasão estratégica, de empreender ações de contra-ataque, de efetuar manobras militares, de participar de operações combinadas<sup>20</sup> no mar, e de desenvolver uma abrangente capacidade de apoio e defesa por meio de uma Esquadra forte (CHINA, 2015).

Para exemplificar os anseios da MEPL contidos em seu LBDC e descritos no parágrafo anterior, A.H. Cordesman, S. Colley e M. Wang (2015), que fizeram uma análise do referido livro, divulgado em outubro de 2015, relatam que as marinhas chinesa e russa realizaram um exercício, no mar Mediterrâneo, de defesa das LCM em mares abertos.

Ainda nessa nova concepção de estratégia naval, a MEPL tem intensificado as operações em mares distantes, com forças-tarefa integradas por diversos tipos de meios, tais como: contratorpedeiros, fragatas, navios de reabastecimento oceânicos<sup>21</sup> e navios com capacidade de transportar helicópteros. Ressalta-se, ainda, o desenvolvimento de armas de longo alcance, treinamento em guerra antissubmarino e defesa de navios em águas azuis (A.H. CORDESMAN; S. COLLEY; M. WANG, 2015).

Portanto, este capítulo conduziu o leitor desde um período em que a RPC estava vivendo problemas de manutenção de seu território em um embate com o Japão, até os dias atuais, evidenciando a grande evolução da sua estratégia naval nestes pouco mais de cinquenta anos. À luz do contido no LBDC, a RPC tem demonstrado ambições crescentes quanto a sua projeção como uma potência influente no cenário mundial. Com a ascensão de Deng Xiaoping, este fomentou, e potencializou sobremaneira, o crescimento econômico do país, com consequentes investimentos nas Forças Armadas. Este fato, indubitavelmente, alavancou a estratégia naval da China, dando ao país uma projeção que a cada ano distancia-se mais do seu entorno estratégico.

---

<sup>20</sup> Entende-se por operações combinadas à luz do MD35-G-01, àquelas empreendidas por elementos ponderáveis de Forças Armadas Multinacionais, sob a responsabilidade de um comando único (BRASIL, 2015).

<sup>21</sup> O investimento na construção deste tipo de navio, demonstra a preocupação da RPC de não só atingir as “águas azuis”, mas principalmente permanecer nelas por longos períodos (Nota do autor).

Passaremos, agora, a estudar a estratégia naval chinesa nos dias atuais, a fim de verificar suas prioridades, seus interesses além-mar e se há relações entre esta estratégia e o pensamento “mahaniano”, que é o cerne da questão em que este estudo se propõe.

#### 4 A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA ATUAL

Começaremos este capítulo, enumerando as tarefas estratégicas assumidas pelas forças armadas da China no seu recém divulgado “*China’s Military Strategy*”, aqui denominado LBDC:

“Lidar com uma vasta quantidade de emergências e ameaças militares, e salvaguardar efetivamente a soberania e segurança terrestre, aérea e marítima do território chinês; salvaguardar resolutamente a unificação da pátria; garantir a segurança e interesses chineses em novos domínios; garantir os interesses chineses no exterior; manter a dissuasão estratégica e realizar contra-ataque nuclear; cooperar para a manutenção da paz e segurança internacional e regional; incrementar os esforços em operações contra infiltração, separatismo e terrorismo, de modo a manter a segurança política e estabilidade social da China... (tradução nossa)” (CHINA, 2015, p.4).

Veremos, na primeira seção, a relevância que a estratégia chinesa atribui à defesa das LCM, o que para Mahan era a chave para que um país tivesse o poder hegemônico mundial. Posteriormente, buscaremos evidenciar, na segunda seção, os reais interesses e a efetiva participação da RPC no projeto de construção do Canal da Nicarágua, assunto recente, controverso e de grande interesse. Se concretizada a sua construção, encurtará as LCM e, com um eventual financiamento do governo chinês, será uma alternativa ao Canal do Panamá de ligação dos Oceanos Pacífico e Atlântico, sob controle chinês. Cabe lembrar, como já mencionado anteriormente, que o financiamento e construção do Canal do Panamá, pelos EUA, sofreu a influência de Mahan. Na terceira seção, estudaremos a importância dada pela RPC às bases estratégicas avançadas, distribuídas pelo mundo, o que também encontra forte amparo na teoria “mahaniana”. Em seguida, veremos a composição da MEPL, e, por fim, faremos uma análise prospectiva da MEPL, buscando evidenciar seus objetivos futuros no intuito de se tornar uma marinha de projeção global.

#### **4.1 O interesse pelas linhas de comunicações marítimas: importância do Ártico**

Com o crescimento dos interesses nacionais da China em locais cada vez mais longínquos, e sua virtuosa ascensão econômica, a segurança interna torna-se mais vulnerável a turbulências internacionais e regionais, ao terrorismo e à pirataria. Cresce, também, a preocupação com os interesses externos atinentes ao petróleo e ao gás natural, dos quais a RPC é altamente dependente. Para garantia e manutenção da defesa de suas LCM, utilizadas para a movimentação desses produtos estratégicos, o governo chinês, entende que isto deva ser feito de forma solidária e cooperativa entre os países (CHINA, 2015).

Ainda sob a égide do LBDC, nos mares e oceanos deve ser mantida a paz, a estabilidade duradoura, fundamentais para o desenvolvimento sustentável da China. A mentalidade tradicional, de que a terra tem um peso maior que o mar, deve ser abandonada, e dada maior importância à defesa dos interesses marítimos. Neste sentido, torna-se necessário que a RPC desenvolva uma estrutura militar marítima moderna, compatível com os seus anseios de segurança e interesses nacionais. Dessa forma, o LBDC defende a manutenção de um apoio estratégico marítimo, visando a propiciar que a RPC torne-se uma potência marítima (CHINA, 2015).

Lord (2009) analisa, de forma explícita, a influência “mahaniana” no pensamento chinês, quando diz que a liderança chinesa claramente se alinha com as ideias de Mahan, no que diz respeito à defesa do comércio e das suas LCM. Continua seu raciocínio relatando que, como a RPC tornou-se mais dependente do fornecimento de petróleo do Golfo Pérsico e da África, há uma grande preocupação com potenciais ameaças para os petroleiros chineses em trânsito no Estreito de Málaca e no Oceano Índico. A visão de Lord (2009), em relação à questão principal do nosso estudo, fica mais evidenciada quando ele afirma que, no século XXI, o país do mundo onde Mahan é mais seriamente estudado e lido é a RPC (LORD, 2009).

Já Erickson e Golsdstein (2009, v.1, p. XXVII) abordam a importância da proteção das LCM pela RPC como questão de soberania, quando dizem que “ a menos que a China queira depender permanentemente da boa vontade dos EUA, algo que ela parece relutante a fazer, a RPC pode decidir garantir militarmente o fluxo de suas importações comerciais e energéticas por via marítima (tradução do autor)”. Mencionam também que, em um estudo capitaneado pelo contra-almirante Yang Yi, juntamente com outros especialistas, e representantes do Comitê Central do PCC, foi fortemente enfatizada a importância da defesa das LCM chinesas para o presente e o futuro do Estado chinês.

Para que a MEPL possa proteger suas LCM nas chamadas “águas azuis”, necessita desenvolver e implementar os seguintes projetos: construção de Submarinos de Ataque com Propulsão Nuclear (SSN) com capacidades de conduzirem, inclusive, guerra antissubmarino (ASW); construção de navios aeródromos; estabelecimento de estaleiros para construção de navios de guerra; expansão dos navios de apoio logístico de longo alcance e de grande velocidade; desenvolvimento de capacidade para condução de reparos variados de sua Esquadra fora dos seus portos, ou seja, no exterior; disponibilidade de forças prontas da MEPL, por longos períodos, para garantia de ação de presença; e manutenção de doutrinas atualizadas, treinamento e capacidade de pessoal da MELP (COLLINS, 2010).

Discorreremos agora sobre a importância do Ártico para a economia da RPC. Allemand (2016) menciona que a Administração de Segurança Marítima Chinesa divulgou, em abril último, um guia detalhado de navegação na região ártica, indicando o interesse na utilização desta rota marítima para escoamento de cargas chinesas. O governo de Pequim incentiva o uso destas LCM, permitidas graças ao crescente degelo polar, embora a quantidade de carga ainda seja pequena, pois tais LCM não são perenes. O grande benefício da utilização da rota marítima ártica refere-se ao encurtamento do percurso para trocas comerciais com os países europeus em 5.200 km, em relação à rota tradicional do Canal do

Suez, ocasionando uma substancial economia de tempo e recursos. Cabe mencionar, também, que o acelerado degelo ártico, permite acesso ao petróleo existente na região, passando assim, a ter grande importância geopolítica para a RPC.

A China vai aprofundar seus estudos sobre os recursos do Ártico, buscando explorar o potencial comercial e econômico da região, pois é prioridade fazer parte da evolução do desenvolvimento da região. “O mundo ocidental pensa que a RPC cobiça o Ártico, pelo fato de ser rico em petróleo e gás, mas estes recursos não são chineses, e a parceria com os países do ártico virá naturalmente, pois é parte inerente da cooperação econômica no novo cenário mundial globalizado”, afirmou Yang Huigen, chefe do Instituto de Pesquisa Polar da China.<sup>22</sup>

Concluimos desta seção, que a RPC mantém uma política de Estado voltada para a defesa de suas LCM, a fim de que possa manter a pleno vapor suas relações econômicas mundiais. O fato de ser a segunda potência econômica mundial, faz com que o Estado se preocupe em obter uma marinha compatível essa condição. A dependência da importação de diversos produtos, em especial petróleo e gás, motiva o governo chinês a buscar alternativas em todo o mundo. A RPC vislumbra a região do ártico como uma excelente alternativa de rota comercial para escoamento de seus produtos, que pode vir a ser permanente em um futuro próximo, tendo em vista fatores climáticos que estão potencializando o derretimento das calotas glaciais. A região ártica pode ser também, futuramente, uma nova fonte de petróleo e gás para manutenção de sua vigorosa produção econômica. Daí a importância de se manter uma relação de paz e cooperação com os Estados da comunidade ártica.

---

<sup>22</sup> <http://www.chinare.gov.cn/en/index.html?pid=news&sub=nat&id=91>.

## 4.2 A construção do Canal da Nicarágua

Um site chinês,<sup>23</sup> divulgou em junho de 2015, que o Canal da Nicarágua está em construção e ambiciona ligar os Oceanos Atlântico e Pacífico. Afirma ser um projeto ambientalmente correto, e o “*Grupo Hong Kong Nicaragua Development*” (HKND) detém a concessão de sua construção. O Canal terá 279 km de extensão, começou a ser construído no final de 2014, com previsão de conclusão em cinco anos, e gastos totais de cinquenta bilhões de dólares. Esta nova via de navegação – mais ampla, profunda e longa que sua homóloga panamenha – terá maior capacidade que o Panamá, com a possibilidade de receber navios de 25.000 TEU<sup>24</sup>, segundo o consultor chefe do projeto do HKND, Bill Wild. Na nossa visão, uma empresa chinesa não investiria vultuosas quantias em um projeto sem apoio estatal e interesses econômicos, geopolíticos e militares ocultos.

Nieves (2016), pesquisador da “*Associate at the Council on Hemispheric Affairs*”, menciona que, embora o projeto seja controverso do ponto de vista ambiental e tenha sofrido alguns atrasos, seu potencial econômico é extraordinário – tanto quanto à movimentação de cargas, quanto à geração de empregos – e o seu término está previsto para 2020<sup>25</sup>.

Deprendemos da pesquisa sobre a construção do Canal da Nicarágua, que a sua viabilidade é incerta, tendo em vista os diversos impasses em torno do projeto: não só devido a pressões de alguns setores da população nicaraguense, mas também devido aos potenciais impactos ambientais. O fato é que, se construído, alavancará ainda mais as relações comerciais com o continente americano e diminuirá a dependência dos EUA. Nota-se que a RPC tem o Canal da Nicarágua como um dos seus projetos mais ambiciosos, sendo flagrantes

---

<sup>23</sup> [http://www.china.org.cn/business/2015-06/23/content\\_35893430.htm](http://www.china.org.cn/business/2015-06/23/content_35893430.htm).

<sup>24</sup> Unidade padrão usada para descrever a capacidade de carga de um navio, ou a capacidade de movimentação de carga de um terminal de transporte. Um contêiner padrão de quarenta pés ( pés 40x8x8 ) é igual a dois TEUs (cada 20x8x8 pés) Fonte: <http://www.businessdictionary.com/definition/twenty-foot-equivalent-unit-TEU.html>.

<sup>25</sup> <http://www.eurasiareview.com/>.

os seus cuidados diplomáticos, principalmente em relação aos EUA, país com o qual realiza muitas trocas comerciais, corroborando com o que consta no LBDC.

Analisaremos agora, a estratégia naval da RPC, no que diz respeito à importância crescente em relação ao estabelecimento de bases navais estratégicas, algo que para Mahan era essencial para o domínio do mar. Começaremos esta seção estudando as ilhas artificiais construídas no Mar do Sul da China.

### **4.3 Bases navais estratégicas**

Erickson e Kennedy (2015) publicaram um artigo, informando que através de imagens por satélites, as ilhas Spratly estão sendo dotadas artificialmente de portos, pistas de pouso e outras diversas facilidades governamentais. Com essa estratégia, a intenção da RPC é intimidar, monitorar e projetar poder contra os Estados vizinhos. Segundo Erickson e Kennedy (2015), Pequim decidiu que é mais importante ser temido do que amado, e realizar progressos na região antes que um novo presidente estadunidense possa adotar, eventualmente, uma postura mais agressiva na região. Isto demonstra a preocupação do governo chinês com a presença norte-americana cada vez mais constante no entorno do Mar do Sul da China e, assim, a RPC tem adotado uma postura de habitar as ilhas em disputa, imaginando obter vantagens nas disputas pelas suas posses<sup>26</sup>.

Em uma visão mais alinhada com os preceitos “mahanianos”, a RPC está em processo de auxílio ao desenvolvimento de instalações de variados tipos em países alinhados com ela. No Paquistão, Pequim investiu um bilhão de dólares na construção de um porto de águas profundas em Gwadar; quando concluída, uma instalação desta magnitude, irá prover facilidades militares significativas (LORD, 2009).

---

<sup>26</sup> <http://www.foreignaffairs.com/print/140737>.

Mais amplamente, a RPC tem muitas pretensões em relação a aumentar sua influência militar no mundo, através da construção de bases militares em países estratégicos. Um site especializado brasileiro<sup>27</sup>, divulgou que a MEPL intenciona construir uma base em Walvis Bay, na Namíbia. Isto afetaria diretamente o Brasil, visto que nosso país ajudou a criar a Marinha da Namíbia e tem forte influência sobre aquela força, nos dias atuais. Com a entrada da RPC no país, por ser uma economia mais forte e ter muito mais a oferecer em termos de infraestrutura e armamentos, certamente o Brasil perderia essa competição, afirma o site.

Prosseguindo, a RPC intenciona construir outras dezessete bases navais em diferentes regiões e países, tais como: Paquistão, Sri Lanka e Mynanmar no Oceano Índico Norte; Djibouti, Iêmen, Omã, Quênia, Tanzânia e Moçambique, no Oceano Índico Oeste; Seychelles e Madagascar no Oceano Índico Sul; Porto Chongjin (Coréia do Norte), Porto Moresby (Papua Nova Guiné), Porto Sihanoukville (Camboja), Porto Koh Lanta (Tailândia) Porto Sittwe (Myanmar), Porto Dhaka (Bangladesh), Porto Gwadar (Paquistão), Porto Hambantota (Sri Lanka), Maldivas, Seychelles, Porto Djibouti (Djibouti), Porto Lagos (Nigéria), Porto Mombasa (Quênia), Porto Dar es Salaam (Tanzânia) e Porto de Luanda (Angola). A distribuição destas bases navais está ilustrada na FIG. 1 abaixo:

---

<sup>27</sup> <http://www.naval.com.br/>.



FIGURA 1 – Bases navais estratégicas

Fonte: [www.naval.com.br](http://www.naval.com.br). Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2014/11/23/china-planeja-construir-18-bases-navais-no-externo-inclusive-na-namibia/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Complementa o site, que estas bases terão a finalidade de reabastecimento, atracação e manutenção da Esquadra chinesa, servindo como “bases de apoio estratégico além-mar”. Aqui, mais que uma questão, depreendemos uma evidência, visto que a RPC segue fielmente o conceito de Mahan (1890) em sua obra *“The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783”*, que defende a projeção de um Estado para além-mar através da construção e manutenção do que ele chamou de “Bases de Operações Permanentes”, próximas às regiões de interesse estratégico.

Para evidenciar a política expansionista da RPC, analisaremos, sob a ótica da jornalista argentina Cristina Pérez (2016), reportagem produzida para a BBC internacional<sup>28</sup>, a respeito da construção de uma base chinesa na Patagônia argentina. Segundo a jornalista, a

<sup>28</sup> <http://www.bbc.com/portuguese>.

base tem a finalidade de fomentar a corrida espacial, segmento na qual a RPC deseja ser protagonista mundial. Porém, sua construção é cercada de mistérios e suspeitas. Tais dúvidas giram em torno da possibilidade do seu uso para fins militares, e da existência de cláusulas secretas no contrato de construção. Autoridades espaciais argentinas negam quaisquer possibilidades de uso militar, mas o próprio presidente argentino Mauricio Macri (2015- ), bem como analistas, admitem a existência de tais cláusulas. Outro fato relevante é que a base está sob controle do ELP chinês. Este é mais um indício da existência de interesses militares em torno da construção da base. A mesma está prevista para entrar em operação no final deste ano, quando a RPC terá a oportunidade de lançar sua segunda missão espacial à lua, afirma Cristina Pérez.

Passaremos a analisar a MEPL no século XXI.

#### **4.4 Força naval chinesa: situação atual e perspectivas futuras**

A Marinha da RPC se orgulha de ser uma força de 255.000 homens e mulheres, incluindo 10.000 fuzileiros navais e 26.000 militares da aviação naval. É a segunda maior marinha do mundo em termos de tonelagem, atrás apenas da marinha norte-americana, e tem o maior número de combatentes de todas as marinhas do mundo<sup>29</sup>.

Atualmente, a RPC possui, somados, mais de trezentos navios de superfície, submarinos, navios anfíbios e navios patrulhas dotados de mísseis. Somente em 2014, mais de sessenta navios foram lançados ou comissionados. No biênio 2013-2014, a RPC fabricou mais navios que qualquer outro país do mundo, e para o biênio 2015-2016, a previsão não se altera. Importante ressaltar, que a MEPL está adotando uma estratégia de franca substituição de navios e submarinos considerados obsoletos por meios mais modernos (ONI, 2015).

---

<sup>29</sup> <http://www.naval.com.br>.

Erickson e Kennedy (2015) mencionam que a RPC pretende aperfeiçoar a sua já considerável Guarda Costeira, que já supera a do Japão, Vietnã, Indonésia, Malásia e Filipinas, juntas. A Guarda Costeira chinesa receberá em breve, de estaleiros nacionais, navios que as marinhas vizinhas estão longe de possuir. Isso, com o objetivo de obter uma presença mais ativa no Mar da China Meridional<sup>30</sup>.

A RPC está investindo em sua indústria militar de defesa, sendo isto relevante para sua independência externa e ambições de se tornar uma potência naval. Os maiores aperfeiçoamentos qualitativos foram na aviação naval e submarinos, que aumentaram a capacidade da China de atacar alvos a grandes distâncias. A construção de fragatas *classe JIANGKAI tipo 054A*, contratorpedeiros *classe LUYANG tipo 052B/C/D* e o *tipo 055*, possuem *designs* modernos, sendo comparáveis com os navios de guerra dos países ocidentais mais modernos. Atualmente, os meios de superfície chineses são os seguintes, em quantidade/qualidade: 26 contratorpedeiros, sendo 21 considerados modernos; de 52 fragatas, 35 são modernas; 20 corvetas novas; 85 navios patrulha modernos dotados de mísseis; 56 navios anfíbios; 42 navios caça-minas, dos quais 30 modernos; mais que 50 navios auxiliares principais; e mais de 400 navios auxiliares e de apoio com pouca relevância (ONI, 2015).

A RPC está em processo de construção de seu segundo navio aeródromo. Este importante avanço está sendo executado pela indústria nacional chinesa, sem quaisquer dependências de tecnologia externa, porém não foi divulgada a data de sua prontificação. O presidente Xi Jinping, quem fez o anúncio, discursou em tons pacíficos essa importante evolução da MEPL. Afirmou que o objetivo da RPC é transformar hostilidade em amizade, e que o país contribuirá para a paz mundial, corroborando mais uma vez com a estratégia prevista no LBDC<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> <http://www.foreignaffairs.com/print/140737>.

<sup>31</sup> <http://timesofindia.indiatimes.com>.

Em relação à temida arma submarina, a RPC possui o tipo 091, classe *han*<sup>32</sup>, tendo sido os primeiros SSN em operação pela MEPL. A partir dos anos 1990, estes submarinos passaram a realizar operações fora do entorno estratégico chinês. A RPC possui também o submarino tipo 092, classe *xan*<sup>33</sup>, com mísseis balísticos com propulsão nuclear (SSBN). Os mais modernos, tipo 094, classe *jin*<sup>34</sup>, quatro unidades estão em operação e outras quatro planejadas para entrar em operação até 2020. Eles são dotados com doze mísseis balísticos intercontinentais JL-2. Os chineses, preocupados com o nível de ruído dos submarinos existentes, iniciaram o projeto do tipo 095, com a intenção de minimizar ainda mais tal característica<sup>35</sup>.

Encerramos esta seção com a constatação de que a MEPL está recebendo investimentos e forte apoio de Estado, com o intuito de fomentar sua indústria de nacional de defesa. O fato de sua marinha estar atrás, em termos de tonelagem, apenas da marinha estadunidense, apesar de relevante, não significa muito qualitativamente. Porém, como visto, a MEPL está adotando uma estratégia de substituição dos meios obsoletos de sua Esquadra, por outros mais modernos, alguns no estado a arte. Nota-se, ainda, a preocupação em constituir uma marinha balanceada, adequada para oposição aos diversos tipos de ameaça. Este autor entende ser esta a melhor estratégia para a RPC, tendo em vista seus múltiplos interesses e crescentes ameaças, à medida que o Estado chinês se torna um ator cada vez mais influente no cenário mundial.

---

<sup>32</sup> Designação dada pela OTAN.

<sup>33</sup> Designação dada pela OTAN.

<sup>34</sup> Designação dada pela OTAN.

<sup>35</sup> <http://www.naval.com.br/>

#### 4.5 Caminhando para a projeção global: análise prospectiva

Neste ponto do trabalho, abordaremos alguns aspectos que demonstram o potencial da RPC para se tornar uma potência marítima, com presença naval permanente em todos os continentes, algo que, para Mahan, era de grande relevância em sua teoria do “*sea power*”.

Para projetarmos o futuro, faz-se mister estudarmos o passado. Nesse sentido, se a RPC deseja tornar-se uma potência de projeção global, suas forças armadas necessitam verificar como as grandes potências mundiais ascenderam a essa condição. Para tal, uma visão sobre a potência hegemônica mundial do século XXI, até o momento, torna-se inevitável.

Jisi<sup>36</sup> (2006, apud ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009, v.1, p. 409), professor da universidade de Pequim e Presidente do Instituto Internacional de Estratégia Chinês, salientou que “em 1894, os EUA já eram a maior potência mundial (tradução nossa)”. Um Instituto de pesquisa naval de Pequim declara que a teoria do “*sea power*” de Mahan influenciou diretamente na rápida ascensão estadunidense no século XX. Qi<sup>37</sup> (2004, apud ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009), um influente Oficial da MEPL, acrescenta que os EUA se beneficiaram amplamente em aplicar o pensamento “mahaniano” e projetar-se incessantemente em direção ao mar, o que contribuiu sobremaneira para que os EUA assumissem a condição de potência hegemônica mundial. Xu<sup>38</sup> ([200-], apud ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009), um Oficial da Força Aérea da RPC, segue a mesma linha das demais autoridades militares chinesas, afirmando que os norte-americanos foram os primeiros a compreenderem o segredo do “*sea power*” e, por esse fato, hoje são a principal potência mundial.

---

<sup>36</sup> JISI Wang; YAN Zhou. *Real Story of the Rise of the Great Powers*, Sina.com, 22 november 2006, OSC# CPP 20061207038001.

<sup>37</sup> QI, Xu. *China Military Science* 17, nº 4 (2004): p. 75-81.

<sup>38</sup> XU, Dai. *The Rise of World Powers* [200-].

Para Coutau-Bégarie (2010), que classifica as marinhas em níveis, aquela que pode ser considerada uma marinha global, ou de primeiro nível, necessita ter todos os tipos de armamentos e equipamentos, bem como estar presente e ter poder de intervenção em qualquer lugar do mundo. Para ele, somente a marinha estadunidense possui tais características (COUTAU- BÉGARIE, 2010). Apesar dele não enquadrar a RPC em nenhum nível explicitamente, pelas características enumeradas, podemos dizer que a MEPL é considerada, hoje, uma marinha de terceiro nível.

Contudo, como analisa Mcvadon (2009), o futuro da RPC é o mais promissor do mundo, acarretando uma imperiosa necessidade em tornar-se uma potência marítima. Há uma ampla convergência, em toda a China, sobre a importância de se garantir a defesa das LCM, para transporte das importações e exportações chinesas, condição vital para continuidade do seu crescimento econômico. As autoridades navais chinesas apontam que os ensinamentos do contra-almirante norte-americano A.T. Mahan fazem parte do currículo das escolas militares chinesas. Assim, a manutenção da defesa do comércio marítimo é entendida como fator crítico e essencial para a melhoria da qualidade de vida da sociedade chinesa, que se traduz em apoio social ao PCC (MCVADON, 2009).

Importante fomento para a busca da projeção global pela MEPL, está sendo o 13º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Militar (2016-2020), publicado pela Comissão Militar Central (CMC) em maio de 2016. Nele, a RPC ambiciona ter forças armadas preparadas para, em 2020, enfrentar uma guerra da era da informatização. Nos próximos cinco anos, espera-se que o ELP obtenha capacidades para se tornar uma força de projeção mundial. Entre as prioridades, estão a reestruturação estratégica de diferentes serviços, o desenvolvimento de armamento e logística, as instalações de tecnologia da informação, o treinamento para o combate e a cooperação militar internacional<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Embaixada da República Popular da China no Brasil (<http://br.china-embassy.org/>).

No entanto, cabe analisar a visão de Lida (2016) a respeito do desenvolvimento da MEPL para o futuro. Ele aborda a estratégia da RPC, suas prioridades e o desenvolvimento de capacidades, tendo em vista três objetivos, a saber:

Primeiramente, a RPC deseja obter uma posição vantajosa em relação aos conflitos pela soberania dos interesses e direitos marítimos, previstos no seu LBDC. Neste contexto, a questão mais importante é a reunificação de Taiwan. Além disso, há reivindicações também sobre inúmeras ilhas no Mar do Sul e Leste da China, que vêm gerando controvérsias cada vez mais calorosas, visto que essa região possui riquezas como petróleo e gás natural. Para obter vantagens em tais interesses e “direitos”, a RPC desenvolve as capacidades necessárias para garantir a defesa do mar e do ar na região, em caso de guerra, e reforça sua presença em tempos de paz. Para garantir seus interesses em suas águas costeiras, a RPC prioriza as corvetas classe *Jiangdao* para operações de patrulha, podendo ser construídas em grande quantidade a custos relativamente baixos. Busca ainda fortalecer capacidades de defesa aérea, realizar ações de superfície, projetar poder aéreo pelo seu navio aeródromo nas áreas onde o suporte de terra é dificultado, como na parte meridional do Mar do Sul da China, construção de portos e pistas, desenvolvimento dos meios para realização de operações anfíbias, dentre outras ações para supremacia nas águas adjacente à RPC (Masafumi Lida, 2016).

O segundo objetivo estratégico chinês, é o fortalecimento da dissuasão contra os EUA, tanto em relação à questão da reunificação de Taiwan, quanto em relação ao domínio chinês das ilhas do Mar do Leste e Sul da China. A maior preocupação é que estas questões possam gerar uma reação militar por parte dos norte-americanos, cada vez mais presentes na região. Importante ressaltar que, Japão e Filipinas, envolvidos em disputas de ilhas com a RPC, são apoiados pelo governo estadunidense, além do próprio Taiwan. Neste contexto, é interessante para a RPC conter uma possível intervenção militar norte-americana na região,

preparando-se para, caso uma crise venha a ocorrer, poder engajar o oponente em uma situação mais vantajosa.

Para fazer com que os EUA não intervenham militarmente na região, uma importante estratégia adotada pelo governo chinês, é o investimento na dissuasão nuclear. Para isso, a RPC intenciona desenvolver mísseis balísticos lançados por submarino (SLBM) de maior alcance, bem como submarinos SSBN mais silenciosos. Já em abril de 1986, o almirante *Liu Huaqing* apontou que, naquele momento, a estratégia naval da RPC deveria ser a defesa das águas do Mar Amarelo, e Mares do Leste e Sul da China, no interior da primeira cadeia de ilhas. Porém, no futuro, a RPC deveria estar preparada para bloquear e eliminar as forças e armas de marinhas inimigas a longas distâncias. Para se opor ao grande poderio estadunidense, a RPC está desenvolvendo ainda outras capacidades, tais como: o aperfeiçoamento da defesa antiaérea e de superfície em seus navios, como os da classe *Luyang III*; as aeronaves com mísseis ar-superfície; e incrementos tecnológicos em suas aeronaves para torná-las capazes de obter informações de inteligência e alarme aéreo antecipado, incluindo aí os veículos aéreos não tripulados (VANT). Isto visa aumentar a capacidade de inteligência, vigilância e reconhecimento, essenciais para precisão em ataques a longas distâncias (Masafumi Lida, 2016).

Por fim, o terceiro objetivo estratégico da RPC, ainda na visão de Lida (2016), baseia-se na expansão dos interesses chineses no exterior. Inclui-se aí, a defesa das LCM para manutenção das trocas comerciais e abastecimento dos recursos necessários para a atividade industrial chinesa. Daí a RPC estar buscando uma maior participação, em âmbito mundial, nas operações contra a pirataria. Destaca-se, também, que com o crescimento do comércio chinês com novos parceiros, muitas indústrias chinesas estão migrando para aqueles países, acarretando em um maior número de cidadãos chineses trabalhando e morando no exterior. A

MEPL preocupa-se com a proteção destas empresas, e cidadãos, contra turbulências políticas e ataques terroristas (Masafumi Lida, 2016).

Para ilustrar os interesses divergentes entre a RPC e os EUA, conforme mencionado por Lida (2016), apresentamos a FIG. 2 abaixo:

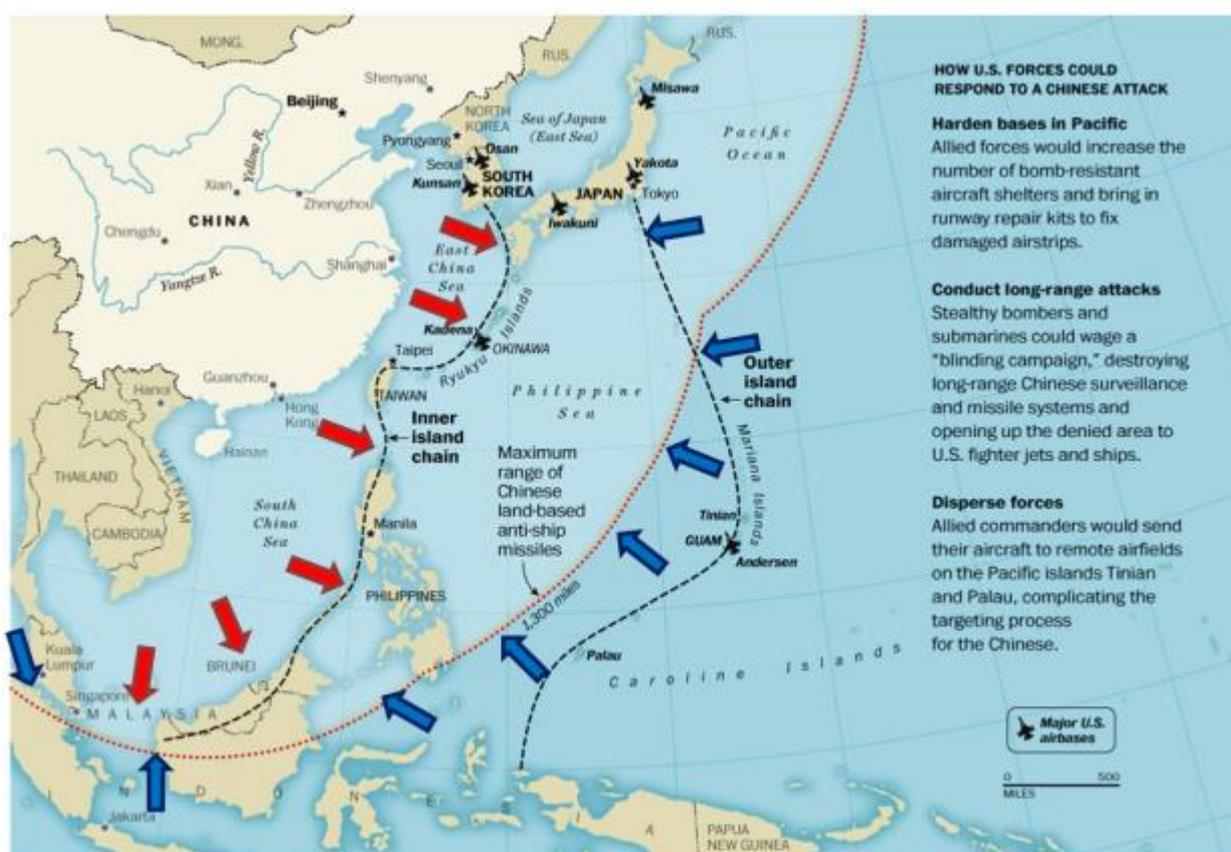


FIGURA 2 – Plano para resposta estadunidense em caso de ataque chinês

Fonte: [www.dinamicaglobal.wordpress.com](http://www.dinamicaglobal.wordpress.com). Disponível em: <  
<https://dinamicaglobal.wordpress.com/2015/06/17/a-estrategia-militar-de-uma-potencia-china/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Fica ainda uma importante dualidade de opiniões divergentes, colocada por Storey (2014), que possivelmente ditará o futuro da RPC. A primeira análise compreende a linha “neo-mahaniana”, mercantilista e nacionalista, fiel aos legados do estrategista naval norte-americano do século XIX. Por esta linha, a RPC deveria ser capaz de proteger as LCM de potenciais inimigos, e defender os interesses marítimos chineses em qualquer local do mundo. A segunda análise segue o que Storey chama de “pragmatismo naval” e “integracionismo”. Essa linha defende que a busca pelas capacidades da MEPL operar em águas azuis não é

somente excessivamente cara, mas que poderia provocar rivalidades navais não somente com os EUA, como também com outros Estados, entre eles Japão e Índia, impactando o desenvolvimento pacífico chinês. Nesta visão, para assegurar o fluxo constante de produtos pelas LCM de interesse da RPC, o Estado chinês deve adotar a política de cooperação com as outras grandes potências, e promover a integração pacífica para as trocas comerciais existentes. Com o aumento exponencial da autoconfiança do Estado chinês e a expansão dos interesses globais, a linha “neo-mahaniana” parece ter se sobressaído (STOREY, 2014).

Conclui Storey (2014) que, entre as análises supracitadas, a que efetivamente se sobressair, acarretará mudanças no futuro da MEPL em termos de doutrina, alocação de recursos, projetos da indústria militar de defesa e adestramento naval. Caso a linha “neo-mahaniana” predomine, a MEPL passará por uma transição, onde irá priorizar a obtenção e construção de navios aeródromos, navios de superfície dotados de armamento de médio a longo alcances e navios de apoio logístico para projeção de poder a longas distâncias, em detrimento da atual marinha centrada em submarinos. Tomando-se em conta os projetos atuais da MEPL, a tendência é pela adoção da linha “neo-mahaniana” (STOREY, 2014).

## 5 CONCLUSÃO

A questão que nos propomos a estudar foi: A estratégia naval chinesa, do século XXI, é influenciada pela teoria de Mahan? Passamos a enumerar as principais evidências levantadas durante o estudo.

Como já foi dito anteriormente, a China é o país onde Mahan é mais estudado no século XXI.

Ao enumerarmos os fatores que influenciam o “*Sea Power*” dos Estados, segundo Mahan – a posição geográfica, a configuração física, a extensão territorial, o tamanho da população, o caráter nacional e as instituições governamentais – percebemos que não é sem razão o fato da RPC dedicar tanta atenção aos fundamentos do “*Evangelista do Poder Naval*”. Afinal, a China é “forte” em todos aqueles seis fatores.

O pesado investimento no estabelecimento de bases de apoio estratégico, no além-mar, constitui um outro ponto a revelar as “digitais” do pensamento “mahaniano” na estratégia naval chinesa.

Quando Deng Xiaoping assume o governo, em 1978, – pouco mais de trinta anos após Mahan ter sido traduzido para o Mandarim – a postura estratégica da RPC é alterada, em grande parte motivada pelas escaramuças que ocorriam com a Ex-URSS. O conceito de “guerra popular sob condições modernas” é adotado, atribuindo maior ênfase à preocupação com ameaças vindas do mar e incidindo sobre o litoral chinês, em detrimento de uma visão, até então, limitada às fronteiras terrestres.

Mais recentemente, o LBDC explicita que a antiga mentalidade da preponderância da terra sobre o mar deve ser descartada, e que a RPC deverá voltar os seus olhos para os interesses marítimos. Um aspecto crucial para a sustentabilidade de seu crescimento econômico, em função das riquezas e insumos transportados, através das suas LCM.

Com relação a estas linhas, o encurtamento dos seus trajetos e a maior interdependência em relação aos norte-americanos, detentores do Canal do Panamá, são forças motrizes a impulsionarem a eventual construção de um Canal na Nicarágua. Não por acaso, é possível identificarmos, aí, mais um traço “mahaniano”, que influenciou a construção da via de escoamento marítima dos EUA, cruzando o território panamenho, nos idos de 1914.

Evidentemente, as iniciativas e posturas chinesas constituem potenciais áreas de atrito com os interesses político-econômicos de outros Estados ao redor do globo, implicando na necessidade de dispor de capacidade para a defesa dos interesses chineses nas mais diversas expressões do Poder Nacional, dentre elas a expressão militar naval.

Caso a RPC priorize a linha “neo-mahaniana”, seus investimentos na MEPL estarão voltados para navios-aeródromo; bases navais estratégicas para manutenção de suas Esquadras presentes em todo o mundo; navios de apoio com grande capacidade de reabastecimento e mobilidade para garantia das Esquadras por longos períodos em águas distantes.

Por outro lado, se a RPC priorizar a linha do “pragmatismo naval” e do “integracionismo”, seus investimentos realizar-se-ão na arma submarina. Os defensores desta análise menos expansionista, entendem que, seguindo esta estratégia, a RPC estará menos vulnerável a rivalidades com outras potências navais, tais como, EUA, sendo a hegemônica, Japão e Índia.

Entendemos que, por ser a RPC a segunda maior potência econômica mundial, o Estado chinês deverá priorizar as duas análises para defesa de seus crescentes interesses, levando ao desenvolvimento de uma força naval balanceada e moderna.

De qualquer forma, ao longo da nossa pesquisa foi possível identificarem-se traços indeléveis das teorias de Alfred Thayer Mahan como um guia para a compreensão das

transformações recentes, e potenciais evoluções futuras, do pensamento estratégico naval chinês.

Assim sendo, concluímos que, sim, a estratégia naval da RPC, no século XXI, é influenciada pelos preceitos de Mahan.

Antes de encerrarmos este trabalho, faz-se mister mencionar o que pensa o nível político chinês a respeito da importância do mar. Neste contexto, citamos o presidente Xi Jinping:

“Nós necessitamos mais do que ter interesse no mar, entender o mar, estrategicamente se fazer ao mar e permanentemente fomentar todos os esforços a fim de fazer com que a República Popular da China se torne uma potência marítima” (ONI Report, 2015, p. 50).

Voltamos à predição de Napoleão, citado na Introdução desta dissertação, a RPC despertou.

## REFERÊNCIAS

ALLEMAND, Pedro. *Degelo: uma nova etapa?*. Boletim Geocorrente. Centro de Estudos Políticos-Estratégicos. Nr. 35. ISSN: 2446-7014. 06 jun.2016.

BRASIL. Estado Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília: 2014.

BRASIL. Estado Maior da Armada. EMA-135. *Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais*. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. *MD-35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. 5. ed. Brasília. 2015. 292 p. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/component/content/article/145-forcas-armadas/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas/doutrina-militar/13188-publicacoes> > Acesso em: 01 Jul. 2016.

CARRIÇO, Manuel Alexandre. *A Doutrina Operacional do Exército Popular de Libertação para o século XXI*. Disponível em: <[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1365/1/NeD107\\_ManuelAlexandreCarriço.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1365/1/NeD107_ManuelAlexandreCarriço.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

*A Estratégia Militar de uma Potência: China*. Disponível em: < <https://dinamicaglobal.wordpress.com/2015/06/17/a-estrategia-militar-de-uma-potencia-china/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

*China Security Report*, Disponível em: < <http://www.nids.go.jp/english/publication/chinareport/index.html> > Acesso em: 01 de jul 2016.

CHINA. *China's Military Strategy in 2015*. The State Council Information Office of the People's Republic of China. Disponível em: <<https://news.usni.org/2015/05/26/document-chinas-military-strategy>> Acesso em: 01 Jul. 2016.

COLE, Bernard. *More red than expert: chinese sea power during the cold war*. In: ERICSON, A.S (Ed.); GOLDSTEIN, L.J (Ed.); LORD, C. (Ed.). CHINA GOES TO THE SEA: Maritime Transformation in Comparative Historical Perspective. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. Part III, p. 320-340.

COLLINS, Gabriel B. *China's Dependence on the Global Maritime Commons*. In: ERICSON, A.S (Ed.); GOLDSTEIN, L.J (Ed.); LI, Nan. (Ed.). CHINA, The UNITED STATES and 21st – CENTURY SEA POWER . Annapolis: Naval Institute Press, 2010. Part I, p. 14-37.

CORDESMAN, Anthony H.; COLLEY, Steven; WANG, Michael. *Chinese Strategy and Military Modernization in 2015: A Comparative Analysis*. Disponível em: < <https://www.csis.org/analysis/chinese-strategy-and-military-modernization-comparative-analysis> > Acesso em: 01 Jul. 2016.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. 22. ed. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p.

CROWL, Philip A. Alfred Thayer Mahan: *O Historiador Naval*. In: PARET, Peter. Construtores da Estratégia Moderna. TOMO 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. v. 379, c. 16, p. 589-631.

DASGUPTA, Saibal. *China building second aircraft carrier*. Publicado em 01 jan. 2016. Disponível em: < <http://timesofindia.indiatimes.com/world/china/China-building-second-aircraft-carrier/articleshow/50401182.cms>>. Acesso em: 22 jul. 2016

DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. 2.ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2013. 305 p.

ERICKSON, Andrew S.; KENNEDY, Conor M. *China's Island Builders*. *Foreign Affairs*. Published by the Council on Foreign Relations em 09 abr. 2015.

ERICSON, A.S.; GOLDSTEIN, L.J. *Chinese Perspectives on Maritime Transformation*. In: ERICSON, A.S (Ed.); GOLDSTEIN, L.J (Ed.); LORD, C. (Ed). *CHINA GOES TO THE SEA: Maritime Transformation in Comparative Historical Perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. Introduction, p. XIII-XXXVI.

ERICSON, A.S. (Ed.); GOLDSTEIN, L.J (Ed.); LORD C. (Ed.). *CHINA GOES TO THE SEA: Maritime Transformation in Comparative Historical Perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. 486 p.

GALANTE, Alexandre (Ed.). *China planeja construir 18 bases navais no exterior, inclusive na Namíbia*. Publicado em 23 nov. 2014. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2014/11/23/china-planeja-construir-18-bases-navais-no-exterior-inclusive-na-namibia/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GALANTE, Alexandre (Ed.). *Os submarinos na Guerra Fria: China*. Publicado em 10 jan. 2016. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/blog/2016/01/10/os-submarinos-na-guerra-fria-china/>>. Acesso em: 22 jul. 2016

GROPPALI, Alexandre. *Doutrina do Estado*. 2. Ed. Tradução de Paulo Edmur de Souza Queiroz. São Paulo: Saraiva, 1968.

HUIGEN, Yang. *China to build research center for Arctic region*. Chinese Arctic and Antarctic Administration Disponível em: <<http://www.chinare.gov.cn/en/index.html?pid=news&sub=nat&id=91>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

LI, Nan. *The evolution of China's naval strategy and Capabilities: from "Near Coast" and "Near Seas" to "Far Seas"*. *Asian Security*, New York, v. 5, n. 2, p. 144-169, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14799850902886567>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

LIDA, Masafumi. *Future Development of the PLAN*. NIDS China Security Report 2016, Japão, p. 16-19, 2016. Disponível em: < [http://www.nids.go.jp/publication/chinareport/pdf/china\\_report\\_EN\\_web\\_2016\\_A01.pdf](http://www.nids.go.jp/publication/chinareport/pdf/china_report_EN_web_2016_A01.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2016.

LORD, Carnes. *China and Maritime Transformations*. In: ERICSON, A.S (Ed.); GOLDSTEIN, L.J (Ed.); LORD, C. (Ed). *China goes the sea: maritime transformation in comparative historical perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. Part IV, p. 426-456.

MCVADON, Eric A. *China's Navy Today: Looking Toward Blue Water*. In: ERICSON, A.S (Ed.); GOLDSTEIN, L.J (Ed.); LORD, C. (Ed). *CHINA GOES TO THE SEA: Maritime Transformation in Comparative Historical Perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. Introduction, p. 374-400.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*. United States of America. Dover Publications, Inc., 31 East 2nd Street, Mineola, N.Y. 11501, 1987. 557 p.

NIEVES, Edwin. *Nicaragua: The Canal Stuck In A Quagmire – Analysis*. Eurasia Review News & Analysis. Disponível em: < <http://www.eurasiareview.com/28042016-nicaragua-the-canal-stuck-in-a-quagmire-analysis/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 572 p.

ONI, Office of Naval Intelligence. 2015 ONI Report. *The PLA Navy. New Capabilities and Missions for the 21st Century* Disponível em <[http://www.oni.navy.mil/Portals/12/Intel%20agencies/China\\_Media/2015\\_PLA\\_NAVY\\_PUB\\_Print.pdf?ver=2015-12-02-081247-687](http://www.oni.navy.mil/Portals/12/Intel%20agencies/China_Media/2015_PLA_NAVY_PUB_Print.pdf?ver=2015-12-02-081247-687)>. Acesso em: 24 Jul. 2016.

PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. TOMO 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PÉREZ, Cristina. *A misteriosa base que a China está construindo na Patagônia argentina*. Publicado em 19 mar. 2016. Disponível em: < [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160318\\_china\\_base\\_patagonia\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160318_china_base_patagonia_fn) >. Acesso em: 19 jul. 2016.

PHILIPP, Joshua. *Nova estratégia militar da China baseia-se em mentiras e guerra política*. Publicado em 12 jun. 2015. Disponível em: < <https://www.epochtimes.com.br/nova-estrategia-militar-china-baseia-se-mentiras-guerra-politica/>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

STOREY, Ian. *Naval Modernization in China, Japan and South Korea*. In: TILL, Geoffrey (Ed.); CHAN, Jane (Ed.). *Naval Modernization in South-East Asia*. 1ª ed. Nova York: Routledge, 2014. Part II, p. 104-118.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*, v.225. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1884. 103 p.

VESENTINI, José Willian. *Novas Geopolíticas*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2009. 125 p.

XINHUA. *Chinese company to build Nicaragua Canal as green Project*. Disponível em: < [http://www.china.org.cn/business/2015-06/23/content\\_35893430.htm](http://www.china.org.cn/business/2015-06/23/content_35893430.htm)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

XINHUA. Embaixada da República Popular da China no Brasil. Beijing: *China procura concluir reforma militar até 2020* publicado em 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1363306.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2016.